

## **RESISTÊNCIA CAMPONESA NOS TERRITÓRIOS EM DISPUTA ÀS MARGENS DA BARRAGEM DE ANAGÉ BAHIA - BRASIL.**

Eixo: Espacios rurales, agricultura y seguridad alimentaria

Autores: Gedeval Paiva Silva,  
Patricia Amorim Silveira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFBAIANO, Campus Itapetinga.

O presente trabalho é resultado da pesquisa desenvolvida no decorrer do mestrado que objetivou analisar as transformações territoriais promovidas pela construção da barragem de Anagé, construída no final da década de 1980, em uma área semiárida do sertão baiano. A pesquisa foi desenvolvida a partir de contato direto com as famílias camponesas que foram parcialmente atingidas pela construção da barragem e que resistem por meio da permanência em suas terras. Nessa etapa foram realizadas entrevistas com os camponeses, pesquisa de campo nas áreas produtivas, registros fotográficos, tabulação de dados e informações relacionadas às áreas onde a pesquisa foi realizada, com o propósito de produzir tabelas e gráficos que possibilitassem analisar as transformações na organização social e na vida cotidiana das comunidades que foram atingidas pela construção da barragem. Ao final da pesquisa foi possível constatar que as comunidades camponesas que viviam nas áreas onde a barragem foi construída tiveram intensas mudanças no seu modo de vida. A mais relevante mudança foi a expropriação de suas terras, tendo em vista que, muitos camponeses foram atingidos pela obra, alguns tiveram perdas totais de suas terras, outros perderam parte de suas propriedades. Os camponeses que foram parcialmente atingidos, ainda resistem mesmo após a redução de suas terras, mas não nas mesmas condições, tendo em vista que, o modo de vida sempre foi baseado nas tradições sertanejas, a exemplo da agricultura de sequeiro, prática agrícola baseada nos ciclos climáticos, lavouras que dependem diretamente dos regimes das chuvas e cheias do Rio Gavião. Houve também uma alteração na criação de animais, uma vez que, os animais mais comuns nessa área eram os caprinos, que viviam no sistema de solta, pois não havia cercamento das propriedades. Após essa obra as formas de uso e apropriação da terra e da água foram intensamente transformadas, houve uma redução na criação de animais, outras culturas e lavouras foram implantadas, havendo inclusive uma redução na produção de alimentos de consumo direto, além de novas culturas e práticas produtivas a exemplo da pesca e da criação de peixes nas águas da barragem. As mudanças e transformações territoriais e no modo de vida são intensas e redefiniram intensamente as formas de uso e apropriação do espaço geográfico da área em estudo, a paisagem revela claramente essas mudanças.

(Permanência Camponesa, Território, Barragem, expropriação camponesa)

## **INTRODUÇÃO**

A sociedade no seu desenvolvimento histórico tem criado meios de apropriação e transformação da natureza, transformando-a em seu espaço de sobrevivência, nesse processo, cada sociedade imprime no espaço suas marcas. No contexto da implantação do sistema capitalista, marcada pela divisão da sociedade em classes, esse processo se expressa territorialmente de maneira heterogeneia, revelando seu caráter contraditório, marcas da sociedade produzida pelos antagonismos da lógica do capital. Desse modo, a formação territorial e produção do espaço, são essencialmente desiguais e diversificados no tempo e no espaço.

Desse modo, a análise territorial tem possibilitando a compreensão dos diversos processos sociais e históricos envolvidos com o espaço geográfico, notadamente, com o espaço agrário, sendo esse resultado da apropriação da terra pelo capital e seus representantes, que historicamente vem se apropriado da natureza e das forças produtivas por ela disponibilizadas com vistas a garantia da acumulação do capital.

O mencionado processo se deu em todo o território brasileiro, desde os primórdios de sua gênese, desde a expropriação dos indígenas, a implantação de complexos produtivos, a exploração de minérios e a destruição da natureza. A história territorial do Brasil é, portanto, a história da exploração da natureza, a espoliação dos nativos e a expropriação das classes sociais historicamente marginalizadas.

Para além do processo histórico de formação territorial do Brasil, que produziu um espaço essencialmente desigual e uma estrutura fundiária, notadamente contratada, outras ações forma e estão sendo desenvolvidas, por agentes públicos e privados que agravam esse processo e intensificam ainda mais as contradições do campo brasileiro.

A construção de grandes obras, pelo Estado constitui as marcas dessa lógica. Exemplo disso foi a construção de uma barragem no Município de Anagé no Sudoeste da Bahia, pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca- DNOCS, órgão do Governo Federal, a construção dessa obra foi objeto de pesquisa desenvolvida ao longo do mestrado em Geografia junto a Universidade Federal da Bahia, quando foi analisado o processo de construção da barragem e as implicações territoriais promovidas por essa obra, com destaque as novas formas de uso da terra e da água que passaram a ser desenvolvidas.

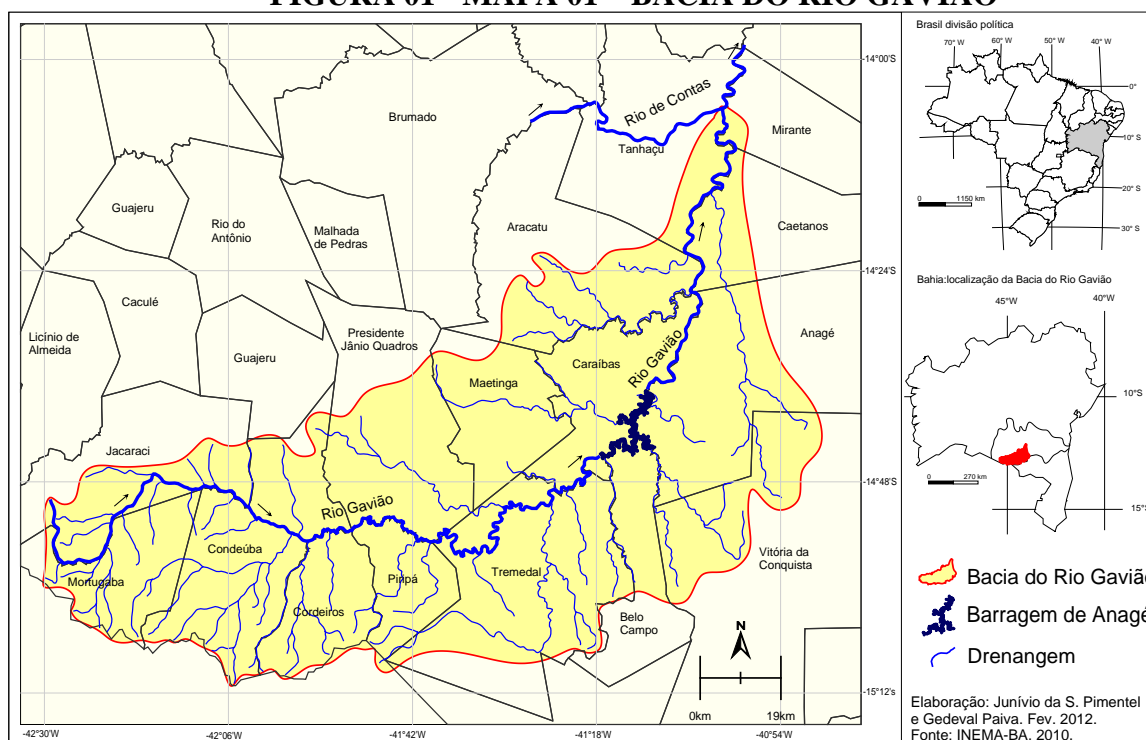
O objetivo desse artigo é destacar as diversas formas de resistência camponesa praticadas pelos agricultores, que apesar de terem sido atingidos pela obra, perdendo parte de suas terras, desenvolveram estratégias para garantir a permanência nas terras e, por conseguinte a reprodução da vida dessas comunidades.

Neste sentido, serão apresentados os meios de apropriação e cultivo nas terras às margens da barragem, bem como o desenvolvimento de outras atividades, como a piscicultura e pequenos empreendimentos comerciais nas proximidades do lago.

## **LOCALIZAÇÃO E ASPECTOS TÉCNICOS DA BARRAGEM DE ANAGÉ.**

A barragem de Anagé foi construída no médio curso do rio Gavião, o maior rio intermitente da Bahia, que corta áreas de treze municípios baianos, muitos dos quais passaram a ter disponibilidade de água regularmente após a perenização desse rio, sobretudo os municípios situados ao longo dos oitenta e oito quilômetros, a jusante do lago. O rio é o principal afluente do rio de Contas, sendo, portanto seu principal tributário, e, portanto integrante da bacia hidrográfica do mesmo rio. A figura 01 traz o mapa da bacia hidrográfica que representa uma das principais sub-bacias da bacia hidrográfica do rio de Contas.

**FIGURA 01 - MAPA 01 – BACIA DO RIO GAVIÃO**



Com o barramento formou-se um lago de trina e sete quilômetros quadrados que acumula um volume médio de trezentos e sessenta e sete milhões de metros cúbicos de água, represadas em uma área de quarenta e quatro quilômetros de extensão. O lago tem uma profundidade média de cinquenta e sete metros, localizado nas coordenadas 14° 37' S e 41° 11' W.

A represa depois de concluída inundou uma média de sete mil hectares de terras agricultáveis, utilizadas produtivamente por mais de oitocentas famílias que foram atingidas total ou parcialmente. Muitas dessas pessoas viviam nessas áreas a mais de cem anos, conforme relataram alguns dos entrevistados, mas que não tinham os títulos de suas terras registrados em cartório.

O lago formado atingiu área dos municípios de Anagé, Caraíbas e Belo Campo, municípios que pertencem ao Território de Identidade de Vitória da Conquista<sup>1</sup>. O açude dista cerca de oito quilômetros da sede do município de Anagé, e quinhentos e sessenta quilômetros da capital do estado da Bahia.

Os objetivos principais da barragem que constam no projeto inicial eram perenizar um trecho do rio Gavião, criar um reservatório de água para garantir o abastecimento de água para as cidades de Anagé e Caraíbas, além de possibilitar o desenvolvimento da agricultura irrigada, bem como criar as condições favoráveis para a instalação da piscicultura.

Entretanto, além desses propósitos outros interesses estavam em jogo, a própria definição do local onde a barragem foi construída foi considerado, inicialmente por ser uma área de terras devolutas, mas também por ser uma área de agricultura camponesa, mas que pelas condições topográficas e pedológicas poderia viabilizar o desenvolvimento da agricultura irrigada.

A elaboração de um projeto de intervenção de grandes proporções que modificam toda a paisagem promovem transformações territoriais em escala regional, não poder ser analisados, superficialmente como objetos técnicos, por isso é importante compreendê-lo e analisá-lo por completo, ou pelo menos entender os aspectos subjetivos e as contradições desde sua elaboração, os interesses e as disputas decorrentes desses empreendimentos.

<sup>1</sup> Nova divisão regional adotada pelo Governo do Estado da Bahia, que agrupa os municípios em Territórios de Identidade, em substituição da antiga divisão em regiões administrativas do IBGE, essas cidades eram parte da Região do Sudoeste da Bahia, denominação que ainda é frequentemente utilizada pela população.

## **RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA CAMPONESA NAS MARGENS DA BARRAGEM DE ANAGÉ. O TERRITÓRIO DE TERRA E ÁGUA DE TRABALHO.**

Os camponeses que permanecem nas terras, e seguem resistindo e vivendo do trabalho na terra e na água, se apropriam desses recursos naturais baseados no valor de uso. A relação desse grupo social com a natureza é bem distinta de outras lógicas que se estabeleceram também após a construção dessa obra, a água e a terra, representam concretamente os meios essenciais que garantem a sobrevivência e a reprodução material e imaterial desses camponeses, para designar esse processo passamos a compreendê-lo como os territórios de terra e água de trabalho<sup>2</sup>.

Compreende-se o território como expressão material dos conflitos e das disputas das classes sociais pelo uso e apropriação da natureza, ou seja, a ideia de disputa, luta e conflito são essenciais para a compreensão das relações de poder que se dão nas diversas formas de territorialização das classes sociais. Nesse aspecto analisa-se a territorialização camponesa, como forma de resistência e permanência de uma classe social, que se apropria da natureza, sobretudo da terra e da água como condição essencial para garantir a reprodução da vida.

A construção da Barragem de Anagé sustentou-se no discurso do seu objetivo principal. A perenização do rio Gavião. A garantia da água poderia possibilitar a permanência dos camponeses em suas terras, o que possibilitaria o desenvolvimento da agricultura irrigada, da piscicultura a melhoria das condições de vida e de trabalho no campo para aquelas famílias que vivam há décadas, as margens do maior rio intermitente do estado da Bahia. Por isso esse projeto era esperado por uma parcela da população, que acreditou que esse projeto, fundamentado na lógica do desenvolvimentismo seria concretamente a solução do problema de acesso a água e da melhoria das condições de vida.

Com a concretização do projeto parte dessas famílias camponesas que acreditavam que teriam acesso a água se deparou com outra situação, a ameaça de perderem suas terras, pois seriam atingidos pela obra. Assim o antigo anseio de acabar com a seca, na prática foi se transformando num processo de expropriação de suas terras, da destruição das roças, benfeitorias, das suas casas, além da perda dos aspectos imateriais que se afogaram nas águas da barragem.

Para eles, ter acesso água era essencial e representava a garantia de um direito fundamental, mas sem ter a terra de nada adiantaria, pois não teriam condição de produzir. Por conta dessa ameaça de perder suas terras é que muitos camponeses se organizaram e se mobilizaram e resistiram contra a ação arbitrária do Estado, pois eles eram favoráveis a construção da Barragem, mas eram contrários a expropriação de suas terras, queriam sim ter acesso a água, mas sobretudo, lutaram para permanecer na terra e ter condições de produzir.

Com a construção do lago uma área de mais de sete mil hectares de terras foram inundadas, terras essas que eram ocupadas e o principal meio de produção de centenas de famílias que foram atingidas. Do total de atingidos pela barragem, apenas quatro eram proprietários e detinham os títulos de suas propriedades, conforme consta no Relatório de Impactos Ambientais elaborado pela TECNOSAN, informação essa retificada pelo servidor do DNOCS em entrevista. Essas propriedades correspondiam a cerca de cento e setenta hectares de terras.

Após a construção da Barragem, muitos camponeses permaneceram na área, mesmo tendo suas terras reduzidas, por isso passaram a desenvolver novas estratégias para garantir a sobrevivência, através da substituição de práticas produtivas e o desenvolvimento de novas formas de uso da terra e da água, diferentes do modo de vida sertanejo a que estavam acostumados a trabalhar há muito tempo, como, por exemplo, a criação de caprinos, atividade produtiva, muito comum em todo o sertão nordestino. Mas, que após a construção do empreendimento praticamente deixou de existir, sobretudo, nas proximidades do lago. Outro processo que se consolidou nessas

---

<sup>2</sup> O Conceito de Território de Terra e Água fundamenta-se na formulação de terra de trabalho, elaborada por Martins 1980, ao se referir as terras cultivadas por camponeses, nesse caso, ampliamos o conceito correlacionando-o com o uso da água e da terra, ou seja, a apropriação do espaço, a partir de relações fundamentadas no valor de uso, por camponeses que vivem sob relações não-capitalistas, é terra e água de trabalho.

áreas foi o cercamento das terras, evidenciando outra lógica, a da propriedade privada desse meio de produção, aliado ao processo de valorização das terras.

Conforme relatos dos entrevistados esse processo de demarcação das propriedades, a partir do cercamento foi impulsionado pela valorização das terras, contexto em que novas formas de uso da terra passaram a ser desenvolvidas no Sudoeste Bahia. Ocorreu também a partir da década de 1970, muitos processos de grilagens de terras. Essas transformações repercutiram em diversas formas de conflitos, tanto da resistência de posseiros contra os grileiros decorrentes da ação do Estado. Este como agente regulador, na prática, atuou como instrumento das classes sociais dominantes, agindo em algumas situações para beneficiar os grileiros.

Outra transformação impulsionada pela construção da Barragem de Anagé foi à alteração do perfil dos ocupantes das terras, marcada pela chegada de pessoas estranhas ao local e com alto poder aquisitivo. Na área onde foi construída a barragem havia uma predominância de grupos da mesma família que viviam às margens do rio Gavião há mais de um século, conforme relatos dos camponeses entrevistados, com destaque à Família Marinho, que tiveram um papel preponderante na ocupação dessas terras.

Isso fica evidente, por exemplo, nos relatos de alguns senhores de mais de setenta anos de idade que afirmam que seus avôs viveram nessas terras, ou seja, mais de cento e cinquenta anos de ocupação efetiva desse território camponês.

“Meus avôs nasceram tudo aqui, mas viviam mais na parte onde hoje é o início da Barragem. Meu avô foi nascido, aqui, ai ele foi ficando idoso e os filhos foram ficando aqui e criando tudo aqui. Mas naquela época as coisas eram fáceis, iam passando de pai para filho. Antigamente aqui não tinha cerca, os animais eram criados tudo no tempo, solto, tinha o ferro, para diferenciar, de quem era cada um, ai foi mudando, cercando e criou uma lei de três fios de arame. No tempo do meu pai era assim, vocês passou naquela ladeira subindo assim, pra cima era do meu pai, tinha um homem muito grileiro de terra, pegou as terras de meu pai, e tinha dois pés: um de umburana que ela brota fácil e outro de aroeira, ai eles colocou aquela divisa por ali, e ficou com aquela conversa daquela divisa por ali, e disse que foi ele, foi ficando até que tomou a terra, ai meu pai não importou, e num quis mais brigar, e ficou no fim pra ele mesmo. Perdeu um alqueire de terra, o velho mesmo que tomou chamava Terêncio, ai ele ponho a filha no lugar, o marido chama Gabriel e vendeu depois para Pedro Gusmão, e nos tá vivendo em nossa terra por cá (A.N. M., Pesquisa de Campo, 2011)”.

Após a construção da barragem houve um intenso processo de valorização das terras e de especulação imobiliária, isso ocasionou também outra forma de expropriação indireta dos camponeses, a partir da venda de suas propriedades. Com a redução do tamanho das mesmas, muitos acreditavam que a parcela restante das terras não seria suficiente para produzir e viver com toda sua família, por isso venderam suas terras para migrarem para as cidades vizinhas ou passaram muitas vezes a condição de assalariados, nas fazendas de fruticultura irrigada, ou de catadores de café.

Desde o período da construção até os dias atuais, tem havido um processo de migração e expropriação, o que tem alterado a composição dos grupos sociais e familiares do entorno da barragem. Muitas pessoas foram morar em outras cidades, e segundo relatos, alguns passaram a ter problemas de saúde por terem deixado suas terras, alguns inclusive tendo chegado a óbito por complicações da saúde tais como: depressão, alcoolismo, hipertensão dentre outros, além de muitas famílias terem sido separadas pelas águas e perderem o contato com vizinhos e amigos. Essas alterações nas vidas dos atingidos jamais poderão ser recompensadas ou reparadas, e se englobam nas perdas imateriais promovidas por essa obra.

No sentido inverso, tem ocorrido também à chegada de muitas pessoas de outras cidades e estados, o que também tem alterado as relações sociais, as manifestações culturais e o modo de vida simples dos camponeses, pessoas que passaram a comprar as terras para construir sítios, fazendas, ou mesmo a procura de lazer nos finais de semana.

Essas transformações ficam muito evidentes nas disputas territoriais e na apropriação desigual da terra e da água e dos meios de produção conforme pode-se perceber ao analisar as imagens abaixo (figura 01 e 02) que refletem as diferenças nas estruturas das residências, sendo a primeira de uma família camponesa, e a segunda de uma construção de um sítio localizado as margens do lago, construído após a construção da barragem.

Figura 01: Residência da Família Camponesa.



Figura 02. Casa construída após a Barragem.



A análise geográfica, precisa compreender as transformações espaciais para além da aparência, é fundamental entender a essência dos processos sociais que se materializam. Porém nem sempre as formas espaciais refletem o seu verdadeiro conteúdo social, por isso a análise dialética torna-se importante para compreender o espaço geográfico na perspectiva da totalidade.

Ao fazer uma análise das imagens que mostram as construções localizadas nas proximidades da barragem, pode-se chegar a uma conclusão equivocada, ao analisar, por exemplo, apenas uma realidade, associada a miséria, como se pode perceber no caso da primeira imagem, da casa da família camponesa, e com isso a ideia de progresso e riqueza relacionada com a imagem da casa construída após a barragem com toda infraestrutura de lazer edificada às margens do lago, por pessoas que se instalaram na região após a construção.

Essa contradição expressa materialmente retrata o processo de desenvolvimento desigual e combinado, que se estabeleceu nas proximidades da Barragem após sua construção, ou seja, é preciso desconstruir o discurso do progresso e do desenvolvimento, que seria promovido pela Barragem que concretamente não é extensivo à todos. A apropriação da água, da terra e da infraestrutura, se dá de forma desigual, pelas classes sociais dominantes ou proprietárias dos meios de produção. É o poder do capital que vai definir como serão as estruturas espaciais, por isso essas contradições são a expressão territorial do conflito e das disputas das classes sociais antagônicas pelo/no espaço.

No entanto, não se pode desconsiderar que a disponibilidade de água e a chegada da energia elétrica nas proximidades da barragem, bem como a construção de estradas, têm repercutido em melhorias nas condições de vida das famílias camponesas. Isso tem contribuído também para a permanência dos camponeses, além de contribuir para o retorno dos filhos e netos para o campo, ainda que esses “benefícios” tenham sido construídos para atender a outros grupos, como as empresas do agronegócio e os proprietários dos sítios. Hoje muitos camponeses afirmam que não existe nada melhor que continuar em suas terras.

A possibilidade de produzir e ter melhores condições de vida tem contribuído e reforçado a defesa desse “território”, e da terra como meio de produção, para os camponeses, com essa estrutura suas terras e suas casas são o melhor lugar para continuarem vivendo. Ao serem questionados sobre a vontade e o desejo de mudarem para a cidade ou para outros lugares afirmam que:

Nós fica aqui na terra, porque nós nasceu e criou aqui, nosso amor ta é aqui, nossa raiz tá nessa terra, foi por isso que nós não saiu e nem sai, meus filhos tudo vive é daqui, de que adianta eu sair daqui e ir para cidade, fechar minha casinha, aqui é meu, derramei suor pra fazer, criei meu rebanho de filho tudo aqui e to nessa idade, e ainda trabalho e ainda quero viver muitos anos aqui ainda. Como é que posso sair dessa terra, que me dá tudo, eu trabalho com pamonha e adoro fazer, tiro o milho é daqui, como é que vou embora daqui. A terrinha nossa aqui é amada, adorada, é tudo para nós! Eu falava para os chefões e os engenheiros, a gente cavaca areia aqui com a unha, para fazer as cacimbas pra ter água, agora que vai chegar o benefício da água e da luz a gente vai sair para que? Hoje eu to rica, graças a Deus, família criada, água encanada, luz, não dou um passo aqui para pegar água, to aposentada, meu marido aposentado, debaixo do meu teto, comida na mesa todo dia (A. M., pesquisa de campo, 2011).

O vínculo com a terra vai além da questão material, além de ser o principal meio de produção, é o espaço apropriado historicamente por eles, onde foram construídas suas famílias, é o território onde suas referências foram formadas, é a terra onde passaram grande parte de suas vidas, onde se deu a construção da sua identidade política e social. Foi o espaço onde resistiram e se organizaram politicamente, foi por ela que acamparam e fizeram manifestações, em defesa da vida. A permanência nessas terras é, acima de tudo, a defesa de continuarem existindo e produzindo

como camponeses<sup>3</sup>, reforçados nos vínculos da racionalidade camponesa baseada no tripé: terra-trabalho-família, como elementos centrais para a reprodução social na terra com o trabalho da família.

A terra e a água representam a possibilidade de continuarem sobrevivendo e trabalhando de forma relativamente autônoma e independente, por isso é a defesa da permanência do seu modo de vida e de organização social. É o território da terra e água de trabalho, não se mensura pelo valor de mercado, não se usa a terra e água como mercadorias, mas como meio e condição para a sua reprodução social, onde se constroem suas re-existências, a garantir da condição de vida para seus herdeiros.

Na prática eles buscam um pedaço de terra onde seja possível garantir a sobrevivência, ou seja, a ambição por grandes propriedades não existe, nem tão pouco a busca por cultivar monoculturas. A terra e a água são apropriadas para garantir a sobrevivência imediata, por isso a opção por cultivar alimentos, como milho, feijão, andu, mandioca e hortaliças é primordial, apesar de também produzirem para comercialização nas feiras livres.

Com a fragmentação das terras e a redução das propriedades que tem acontecido seja por meio da venda ou mesmo por parte das terras terem sido alagadas, os camponeses passaram a desenvolver novas estratégias de sobrevivência, conciliando diversas atividades e trabalhos. Trabalham tanto na terra, como agricultores, ou na água enquanto pescadores, além de parte deles exercerem a atividade de comerciantes nos finais de semana, nas barracas construídas as margens do lago, na localidade conhecida como prainha de Anagé, ou mesmo também através de venda da força de trabalho, como diaristas nos períodos de safra ou colheitas nas propriedades.

Na prática esse processo é um reflexo da contradição do acirramento das condições de sobrevivência, da redução das condições de trabalho e produtividade que vem sendo imposta aos camponeses, que para garantir condições mínimas de vida, precisam desempenhar múltiplas tarefas. Esse acúmulo de funções não é uma escolha dos camponeses, mas uma necessidade para garantir a sobrevivência.

## **CAMPONESES, PESCADORES, COMERCIANTES, TRABALHADORES PRECARIZADOS: MESMA CLASSE SOCIAL, NOVAS FORMAS DE TRABALHO.**

A construção de barragens tem promovido intensas transformações territoriais nas áreas onde são construídas em todo o país, mudanças de ordem, social, natural, material e imaterial. Desde a alteração do curso de um rio, seu represamento, ou a perenização até mesmo a sua extinção, após a construção do lago, como também aspectos da biogeografia, como o surgimento de micro-climas, transformações na fauna e flora, enfim alteram-se os ciclos naturais completamente.

Entretanto, as modificações mais significativas são de ordem social e econômica, pois em grande medida tais obras são construídas para atender a interesses exógenos e estranhos as pessoas que são atingidas. Com a construção de um lago, são alagadas terras férteis, casas, cemitérios, roças, currais, estradas e caminhos e, sobretudo, memórias, histórias e as referências imateriais de uma grande quantidade de pessoas que foram e estão sendo atingidas pelas barragens. Essas alterações nas vidas dos atingidos jamais poderão ser recuperadas ou indenizadas, nem mesmo

---

<sup>3</sup> A permanência do campesinato é tema de estudo de importantes teóricos no mundo e no Brasil, com destaque a Teodor Shanin em nível mundial, Ariovaldo Umbelino de Oliveira em âmbito nacional com destaque a esse processo no sudeste do país, Eliane Tomiasi Paulino no sul do Brasil, Alexandria Luz Conceição, Guiomar Inez Germani e Suzane Tosta de Souza que analisam a realidade do nordeste brasileiro, sobretudo na Bahia em Sergipe e Marcelo Rodrigues Mendonça e Helena Angélica Mesquita, que analisam as formas de resistência e permanência no campesinato no Cerrado, sobretudo, no estado de Goiás. Além de tantos outros profissionais das mais diversas áreas do conhecimento que se debruçam para compreender o campo brasileiro na atualidade.



mensuradas, por isso costuma-se dizer que após a construção de uma grande obra, como as barragens, transformam totalmente a realidade em seu entorno.

No caso específico da Barragem de Anagé, onde foram atingidas diretamente cerca de duas mil pessoas, muita coisa mudou. A grande maioria dos atingidos perdeu seu principal meio de produção, - a terra -, outros que permaneceram na área tiveram uma redução considerável de suas propriedades, outra parcela, vendeu as parcelas de terra restantes e mudaram para outras cidades, alguns ainda retornaram as áreas para trabalhar como empregados das fazendas, ou mesmo parar contratos temporários nas fazendas nos períodos de safra, enfim, depois da Barragem nada é como antes.

Dentre tantas transformações, vamos discutir as mudanças ocorridas nas formas de uso da terra e da água, que passaram a ser desenvolvidas pelos camponeses que foram atingidos parcialmente, analisando as estratégias de sobrevivência adotadas pelos mesmos para continuarem produzindo e sobrevivendo, mesmo após a redução de suas terras, como também as novas alternativas de trabalho que se tornaram possíveis em decorrência da disponibilidade de água.

Essa obra do Estado transformou a realidade de centenas de camponeses, acostumados à vida no sertão, com práticas sociais históricas como a organização da produção e os plantios de culturas de sequeiro, criação de animais, que se adequavam aos ciclos naturais, como por exemplo, o período “das chuvas das águas”, compreendido entre os meses de setembro a março, com o período seco de abril a agosto, dependendo muito de cada ano, pois existem anos mais chuvosos e anos mais secos, alterando a duração das precipitações e intensidade das mesmas. Enfim os sertanejos se adequaram historicamente a essas condições naturais, passaram a desenvolver estratégias de sobrevivências e práticas sociais para adequar-se às intempéries da natureza.

Os entrevistados afirmam que era muito comum nos períodos secos ocorrer a migração, sobretudo, da população masculina para outros centros em busca de empregos temporários ou sazonais, sobretudo, como boias-frias, tendo como principais destinos São Paulo, ou mesmo cidades vizinhas, como Vitória da Conquista e Barra do Choça, onde trabalhavam nas lavouras de café. Isso se comprova, por exemplo, quando muitos entrevistados relatam que no período da construção da barragem muitos pais de famílias encontravam-se distantes de suas residências, deixando em casa seus filhos e a esposa.

No caso mais específico da área em estudo, existia uma relação muito forte com o rio Gavião, esse vínculo relacionava-se com o ciclo do próprio rio, que era intermitente, assim a época de riqueza e alegria referia-se aos períodos de chuva, quando suas águas corriam, da mesma forma que nas épocas de secas, quando o rio secava, era motivo de tristeza e preocupação.

Nessas condições os camponeses praticavam essencialmente a agricultura de sequeiro, onde cultivavam essencialmente os produtos de consumo direto, como: feijão, milho, mandioca, melancias, abóbora, feijão andu, dentre outros, como também a criação de caprinos, ovinos, bovinos e suínos. A criação de animais representavam uma espécie de “poupança”, ou reserva de valor para épocas mais difíceis, quando a situação se complicava, apelavam para a venda desses animais, sobretudo os caprinos. Outra estratégia muito utilizada pelo povo do sertão não apenas de Anagé, é a estocagem de parte da produção para consumo nos períodos secos do ano, bem como a reserva das sementes que serão plantadas quando a chuva cair ao chão e molhar as terras secas.

Atualmente os camponeses desenvolvem a agricultura de sequeiro em pequena quantidade, pois as terras foram reduzidas consideravelmente, apesar de desenvolverem outras formas de agricultura por meio da irrigação, onde são produzidas hortaliças, frutas e alimentos que só eram cultivados em épocas de chuvas, como o milho doce e o feijão de corda<sup>4</sup>. Entretanto não é mais

---

<sup>4</sup> Feijão, que recebe algumas denominações, como feijão de arranque, feijão macaso, cultivado principalmente no Nordeste Brasileiro, sobretudo nas épocas das chuvas, ou mesmo nas em todo o ano nas áreas mais úmidas. É base para a produção de pratos regionais como o Baião de Dois e o Feijão tropeiro, é consumido quando está verde, acompanhado sempre de Carne do Sol frita, ou Costela Suína, é muito comum nas feiras livres em toda essa região. O Milho doce é uma espécie de milho, cultivado nessa região, no período de chuvas, utilizado na produção de canjica, curau, pamonha. Leva esse nome pelo sabor adocicado, é consumido principalmente quando está verde, geralmente esperara-se secar uma parte, para guardar a

possível a criação de animais, principalmente os caprinos e bovinos, pois necessitam de maiores áreas terras, pois são criados no regime de pastoreio.

Outra importante atividade que passou a ser desenvolvida após a construção da barragem foi à piscicultura, que inclusive estava prevista como um dos principais objetivos do projeto inicial, idealizada para a produção de peixes em grande escala, ou seja, a pesca comercial e controlada por médios e grandes grupos. Ainda que não fosse o objetivo fundamental do projeto, a pesca passou a representar uma importante alternativa de renda para os camponeses e outros trabalhadores, que encontraram na piscicultura uma forma de trabalho não alienado que tem garantido a reprodução material de inúmeras pessoas.

A pesca que se desenvolveu está baseada em outras racionalidades que não meramente capitalista, passando a ser uma importante alternativa de renda para os camponeses que, também passaram a ser pescadores. Essa atividade é voltada ao abastecimento direto das famílias, praticada de forma artesanal, e também de maneira mais estruturada, através da criação e engorda dos peixes no sistema de tanques redes, onde a produção é utilizada para a alimentação dos pescadores, uma parte é destinada à comercialização.

A piscicultura representa uma importante fonte de renda para população que vive nas proximidades do lago, sobretudo, os camponeses que tiveram uma redução no tamanho de suas propriedades e que fazem da pesca mais uma alternativa de trabalho. Essa atividade também passou a ser uma alternativa de trabalho para pessoas que vivem nas cidades de Caraíbas e Anagé, que diante do agravamento das condições de trabalho e da dificuldade de encontrar emprego, utilizam a pesca como atividade autônoma, para conseguir se realizar materialmente de forma independente.

Ao se referir as mudanças ocorridas após a construção da barragem o presidente da Associação dos Pescadores de Anagé, relata que:

Eu nasci e criei aqui to com 55 anos de idade. Antes da barragem aqui era problema, era feio, depois da barragem pra cá para mim tá sendo muito bom. Agora tem o peixe, o emprego ficou mais fácil, a minha vida antes da barragem era só para São Paulo, ninguém me via dentro de casa, depois da barragem só sai seis vezes a serviço da pescaria, buscar material de pesca, e hoje nós já tem dois projetos de engorda de peixe, graças a Deus pra nós ta sendo muito bom, até hoje nunca vi ninguém falar mal da barragem, para quem nasceu e criou aqui, sempre falava só de bem, porque antigamente a seca aqui era danada e complicava demais pra nós (Entrevista de Campo, S. S, 2011).

O depoimento acima reflete essa mudança na forma de uso da água possibilitada após a construção da barragem, tendo a pesca como uma nova forma de trabalho e uma importante fonte de renda. Passaram a conciliar a atividade na água e na terra, como uma necessidade para sobreviver, uma vez que, as terras tornaram-se pequenas para garantir a sobrevivência de todos os membros da família. Os camponeses se apropriam da infraestrutura existente, embora esta não tenha sido criada para atender a esses grupos, essa prática evidencia a importância da resistência e da permanência na terra e na água.

Contraditoriamente, as águas que alagaram as terras dessa família, trouxeram a possibilidade de pescar, mais uma maneira de garantir a permanência desses camponeses/pescadores, nos territórios de terra e água de trabalho, nesse caso, a apropriação da terra e da água, garante a reprodução material dessa classe social, por meio do trabalho não alienado, essa apropriação da natureza está fundamentada no valor de uso.

Visando uma melhor organização das atividades para garantir melhores condições de produção e comercialização dos pescados, foram criadas duas associações de pescadores: a

---

semente para consumir em outros períodos do ano e também para semear a terras depois das chuvas de São José, que é comemorado dia 19 de março, essa data é rigorosamente seguida pelos sertanejos, à colheita coincide com a as festas juninas, que celebram: Santo Antonio, São João e São Pedro época de muita festa no nordeste.

Associação de Pescadores e Piscicultores de Anagé (APPA) e Associação de Pescadores de Caraíbas, com sedes e estatutos próprios em cada município.

A APPA, conta com uma média de sessenta e oito associados que desenvolvem atividades de pesca artesanal e participação do projeto de criação de peixe. A pesca artesanal é feita com anzóis, com redes de três mares ou tarrafas, em canoas e barcos médios.

Dentre os associados uma média de quinze pessoas aderiu ao projeto de criação e engorda de peixes em tanques redes, que produzem em média cerca de dois mil quilos de tilápias semanalmente, que são comercializadas nas cidades da região, a um preço médio de cinco reais por quilo, para as famílias essa renda obtida através da engorda dos peixes, passou a ser essencial para a sobrevivências dos mesmos sobretudo nos períodos de estiagem, onde a produção agrícola é reduzida, também pela redução das terras e com isso da possibilidade de continuarem reproduzindo a sobrevivência de todo o grupo familiar em pequenas extensões de terras.

Os associados, em sua maioria, são camponeses e residem nas proximidades da barragem ou são filhos dos camponeses que foram atingidos pela obra, como é o caso do entrevistado que atualmente é presidente da Associação de Pescadores de Anagé, ou mesmo pessoas que voltaram a viver nessas áreas após a possibilidade de pescar. Existem ainda algumas pessoas que eram trabalhadores assalariados nas cidades, ou mesmo diaristas nas fazendas da região e que passaram a ser pescadores e tiveram através da pesca a possibilidade de sobreviver do seu trabalho, voltaram a ter a liberdade de serem donos do seu próprio tempo.

A barragem que no processo de construção promoveu a expropriação de muitos camponeses de suas terras, transformando-os em trabalhadores precarizados e camponeses sem terra, possibilitou também a criação de novas formas de sobrevivência, onde o trabalho é a garantia da reprodução material para quem a realiza. A pesca criou as condições para que muitos trabalhadores encontrassem no trabalho pesqueiro os meios e os instrumentos para garantir a “autonomia” sobre o seu tempo e sua vida, diferente da lógica capitalista, que se apropriava de sua força de trabalho e que controlava o seu tempo e seu destino.

Esse processo de criação de uma alternativa de trabalho autônomo ocorreu em maior escala em Caraíbas, tendo em vista que a maioria das pessoas envolvidas com a atividade pesqueira eram trabalhadores urbanos, como também boias-frias ou diaristas nas fazendas da região, mas na prática não eram essencialmente agricultores, como as pessoas de Anagé, vivem na cidade, ou mesmo vieram de outros municípios para trabalhar como pescadores, a exemplo do atual presidente da Associação que é natural de Vitória da Conquista e se estabeleceu nesse município após a construção da barragem. Outro aspecto que também contribui para esse perfil dos pescadores de Caraíbas é a proximidade do espelho d’água com o sítio urbano, tendo em vista que as águas margeiam a cidade, isso também contribuiu para que muitas pessoas optassem pelo trabalho com a pesca.

As figuras 03 e 04 retratam os dois sistemas de pesca utilizados pelos pescadores de Anagé e Caraíbas, a primeira, mostra o processo de pesca artesanal, realizado em canoas a remo como meio de locomoção e redes de tarrafas, a segunda se refere ao sistema de criação e engorda de tilápias em tanques, que ficam nas águas da barragem:

Figura 04: Pesca Artesanal em Anagé.



Autor: PAIVA SILVA, Gedeval.

Figura 04: Tanques Redes de Anagé.



Autor: PAIVA SILVA, Gedeval.

As formas de pescaria praticadas refletem as necessidades dos pescadores, ou mesmo do tempo disponível para essas atividades. As pessoas que utilizam a pesca em pequena escala e voltada principalmente para o consumo das famílias, utilizam recursos como os anzóis, as tarrafas e

as redes, em horários alternados com o trabalho com a terra, sendo, portanto a pesca a atividade que fica em segundo plano. Ao passo em que as pessoas que comercializam o pescado, semanalmente, dão mais atenção a essa atividade do que o trabalho com a terra. Ou seja, a quantidade de terra, a disponibilidade de tempo vai determinar a relação dessas pessoas, ora dando maior prioridade ao trabalho na terra, ora se concentrando no trabalho na água.

O mais importante é que, em ambos os casos, esses camponeses/pescadores, ou pescadores/camponeses, utilizam a terra e água de forma articulada, com vistas a garantir a reprodução material da família. Por isso essa relação está baseada no apossamento do território de terra e água de trabalho, orientados pelo valor de uso, isso portanto, exige uma compreensão de que o território nessa situação não se restringe as terras, mas também a água é a apropriação da terra e da água que viabiliza a sobrevivência dessas pessoas, nessa junção de atividades que se forjam as formas de realização social e reprodução material, ou seja, uma classe social que não pode ser entendida separada não apenas como agricultores, ou pescadores, simplesmente uma classe social que vive do trabalho autônomo e livre na terra e na água.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manoel Correia de. **Lutas Camponesas no Nordeste**. 1ª Ed. São Paulo: Ática, 1986.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003.

BOMBARDI, Larissa Mies, **Contribuições ao debate teórico acerca dos conceitos de campesinato e agricultura familiar**. Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa 2002.

CONCEIÇÃO, Alexandrina L. LIMA, Lucas Gama. O Estado e o Desenvolvimento Territorial como Suportes para a Dominação do Capital. In **SCIENTIA PLENA** VOL. 5, NUM. 12 2009.

GeografAR – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural. **Leitura geográfica da Estrutura Fundiária da Bahia**. Banco de Dados. Salvador, 2005. Disponível em: <<http://www.geografar.ufba.br>>. Acesso em 05.05.2009.

GERMANI, Guiomar Inez. Condições Históricas Sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro. **GeoTextos**: revista da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia/Instituto de Geociências, V1, N.1 (2005) Salvador: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2005. p.115-147.

KONDER, Leandro. **O que é dialética?** – São Paulo: Coleção Primeiros passos. Brasiliense, 2000.

LÊNIN, Vladimir Ilitch., **O Estado e a Revolução: o que nos ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução**/ V. L. Lênin; [tradução revista por Aristides Lobo] – 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular. 2007.

LIPIETZ, A. **O Capital e seu Espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

MARQUES, Marta Inez Medeiros, A Atualidade do conceito de camponês. **Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos**, João Pessoa 2002.

MARTINS, José Souza. **Expropriação e Violência** (A questão política no campo). São Paulo. Hucitec, 1980.

MARX, Karl; ENGELS Friedrich. **A ideologia alemã**. [tradução Luis Cláudio de Castro e Costa]. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues, **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudoeste goiano**. Universidade Estadual Paulista. Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. (Tese de Doutorado em Geografia). Presidente Prudente, 2004.

NEVES, **Erivaldo Fagundes, Estrutura Fundiária e dinâmica mercantil: Alto Sertão da Bahia séculos XVIII e XIX**. – Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de, Ariovaldo Umbelino de, **A agricultura camponesa no Brasil**. 3 ed. – São Paulo: Contexto 1997.

\_\_\_\_\_, Ariovaldo Umbelino de, **A Geografia das lutas no campo**, 9 ed. São Paulo. 1999.

OLIVEIRA, Francisco de, **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classe**. 3ª ed. – Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

PAIVA SILVA, Gedeval. **Terra, Água e vida. A ação do estado, expropriação camponesa e a luta pelo território: uma análise do processo de construção da barragem de Anagé – Bahia**. Monografia de Final do Curso de Licenciatura em Geografia, UESB, Vitória da Conquista, 2008.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações. O velho e o Novo em uma Discussão Marxista. **Estudos CEBRAP**, São Paulo: Editora Brasileira de Ciência. n. 26, 1980.

SOUZA, Suzane Tosta. **Da negação ao discurso “hegemônico” do Capital à atualidade da Luta de Classes no Campo Brasileiro. Camponeses em Luta pelo/no Território no Sudoeste da Bahia**. Universidade Federal de Sergipe. Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. (Tese de Doutorado em Geografia). São Cristóvão, 2008.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Se camponês, se operário! Limites e Perspectivas para a compreensão da Classe Trabalhadora no Brasil. In **Geografia e Trabalho no século XXI**. Volume 2. Santa Cruz do Rio Pardo. São Paulo, 2006.